

**INICIATIVAS E IMPASSES EM UMA PEQUENA AGLOMERAÇÃO
CONFECCIONISTA: AS MALHARIAS DE IMBITUVA (PR) NA ÓTICA DO DEBATE
SOBRE AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS**

**Rosa Cristina Hoffmann^(*)
Hoyêdo Nunes Lins^(**)**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o estudo da situação da indústria de confecções de Imbituva – PR nos anos 90 à luz do debate sobre a problemática das aglomerações industriais, tendo em perspectiva a questão da competitividade e do desenvolvimento local-regional. Imbituva ostenta uma aglomeração de malharias, constituída por 85 firmas, que desenvolvem roupas de malhas típicas de inverno. Esse artigo teve como base uma pesquisa de campo realizada em 27 dessas firmas e em instituições de apoio locais. Através dessa pesquisa foi possível perceber que a maioria das malharias sofreu o efeito das mudanças econômicas ocorridas na década de 90 e que de algum modo, reagiu a elas, entre outras coisas, através de tentativas de modernização do parque fabril.

* * *

Este trabalho focaliza a indústria vestuarista de Imbituva, município distante 181 km de Curitiba, localizado na mesorregião sudeste paranaense. Desde a década de 1970, esse local assistiu à instalação de numerosas malharias e, em decorrência, registrou um crescente envolvimento de pessoas em atividades de fabricação e comercialização de artigos de malha para períodos de frio, o que significa que, em intervalo de tempo relativamente curto, o segmento de malharia adquiriu proeminência na economia imbituvense. O objetivo do texto é investigar a situação desse setor durante os anos 1990, quando a economia brasileira registrou importantes transformações, relacionadas principalmente à abertura comercial. A um só tempo, esta fez aumentar a concorrência nos mercados internos e estimulou/oportunizou a modernização do aparelho produtivo em diversos setores de atividades, com reflexos consideráveis em diferentes compartimentos da economia brasileira.

(*) Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora do Centro Universitário Campos de Andrade – Campus Avançado – Ponta Grossa. E-Mail: rosahoffmann@hotmail.com

(**) Professor Doutor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com participação no Programa de Pós-Graduação em Economia dessa Universidade. E-Mail: hnlins@cse.ufsc.br

A cadeia têxtil, de uma forma geral, foi bastante afetada por aquelas alterações, e o segmento vestuarista mostrou-se particularmente atingido. Isso ficou mais claro a partir de 1994, pois a sobrevalorização do câmbio, suporte básico do Plano Real, amplificou os efeitos da queda nas alíquotas de importação que se processou desde o final dos anos 1980. Em numerosas regiões, unidades produtivas foram fechadas ou reduziram as atividades e trabalhadores foram demitidos, enquanto empresas em melhores condições realizaram investimentos e procuraram avançar em qualidade e produtividade (Gorini, 2000).

O segmento de malharia de Imbituva é aqui estudado à luz do debate sobre aglomerações produtivas, assunto que nas últimas décadas vem canalizando a atenção de pesquisadores interessados em questões de desenvolvimento local-regional e dinâmica industrial, em particular quando pequenas e médias empresas encontram-se envolvidas (Lins, 2000a). Especialmente na abordagem dos efeitos das mudanças econômicas amplas nos tecidos produtivos e sócio-institucionais – como é exemplo a abertura comercial –, dá-se ênfase, na literatura, ao significado das configurações produtivas que apresentam aglomerações de empresas especializadas setorialmente. Sobressai o ponto de vista de que pertencer a esses arranjos pode representar uma travessia menos traumática dos períodos de adversidades, notadamente quando se trata de empresas menores. Bianchi e Tommaso (1998, p. 621), por exemplo, assinalam que “as pequenas e médias empresas podem ser competitivas se recuperarem, como aglomerações, as vantagens coletivas de que carecem individualmente devido ao seu tamanho reduzido”.

Dizer que a pesquisa sobre as malharias de Imbituva foi concebida à luz da problemática das aglomerações industriais remete a assinalar que as questões formuladas sobre a realidade produtiva e institucional local inspiraram-se no associado debate¹. Neste, a cooperação interfirma e os vínculos envolvendo as instituições mostram-se temas de relevo, tendo a importância das condutas cooperativas para o desempenho das empresas e para a competitividade em nível de sistema local sido guindada à condição de assunto chave na análise de situações concretas. Numa palavra, nos termos do debate, as aglomerações produtivas tendem a exibir tanto mais condições de fazer frente aos períodos de adversidades, e também de avançar em termos competitividade, na medida em que apresentam “eficiência coletiva”, expressão que capta a conjugação de economias externas e ação conjunta, voluntária, de cunho cooperativo, no seio do arranjo (Schmitz, 1997).

¹ Aspectos desse debate podem ser captados em textos como Amin (1996); Amin e Robins (1994); Beccattini (1994); Courlet e Pecquer (1994); Garofoli (1994); Nadvi (1997); Rabellotti (1995); Schmitz (1993, 1997); Sengenberger e Pyke (1999).

O estudo baseia-se em pesquisa de campo na forma de entrevistas com aplicação de questionários específicos em empresas e em integrantes da base institucional. Foram pesquisadas 27 das 85 malharias que funcionam normalmente, isto é, com registro na cidade. Quanto às instituições locais, foram visitadas, com entrevistas, a Prefeitura Municipal de Imbituva, a Escola de Malhas, a agência local do Banco do Brasil e a Associação das Malharias de Imbituva (Imbitumalhas).

1. Imbituva: trajetória de um espaço de produção confeccionista

As malharias adentraram a cena de Imbituva em 1974, quando houve uma primeira tentativa em sociedade, a qual, posteriormente desfeita, deu origem a uma nova empresa. Entrevistada, a proprietária da malharia precursora assinalou que “muitas moças e mulheres, após a criação da minha malharia, pediram-me que lhes ensinasse a tecer, cortar, costurar e bordar, para que pudessem aumentar a sua renda familiar, ajudando no sustento da casa”. Esse depoimento refere-se a um aspecto importante da trajetória de Imbituva como área de produção de malhas: o envolvimento gradativo de habitantes do local atraídas pelas possibilidades de ampliação da renda familiar. Há igualmente casos de pessoas que, antes de criar as suas malharias, eram funcionárias de outras, tendo deixado de ser empregadas para montar facções que, não raramente, atendem em primeiro lugar as confecções nas quais trabalhavam anteriormente.

Pouco a pouco, uma constelação de malharias foi adquirindo forma no local. Em 1985 realizou-se a primeira feira de malhas, apoiada pela Prefeitura Municipal, o que estimulou a cunhagem – e a divulgação de Imbituva nesses termos – da expressão “cidade das malhas”. Em 1988 foi criada a Associação das Malharias de Imbituva, com vistas, em primeiro lugar, à organização e realização da feira de malhas, conhecida como FEMAI (Feira de Malhas de Imbituva).

A percepção de que o setor encontrava-se em expansão e de que as perspectivas eram boas estimulou proprietários de outros negócios locais a investir no segmento de malharia. Em consequência, as três últimas décadas do século passado assistiram a uma veloz progressão do número de empresas, como pode ser observado na tabela 1. Note-se que quase 2/3 das que se encontravam registradas até meados de 2001 tinham sido criadas na década de 1990.

Tabela 1: Períodos de criação das malharias registradas em Imbituva

Períodos de criação	Nº de malharias
Década de 1970	2
Década de 1980	20
Década de 1990	55

Ano 2000	8
Total	85

Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituva – Relatório de 25/5/2001

A População Economicamente Ativa de Imbituva era de mais ou menos 11.300 pessoas em junho de 2001, conforme levantado no Escritório Regional da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho de Ponta Grossa. Considerando ser de mais ou menos 1.000 o número de postos de trabalho, entre diretos e indiretos, na indústria têxtil-vestuarista local², pode-se concluir que quase 9% do total de pessoas em idade de trabalhar em Imbituva apresentam algum tipo de envolvimento com as malharias locais.

As malharias são importantes, sobretudo, para o emprego da mão-de-obra feminina, pois, segundo constatado na pesquisa de campo, 93% dos respectivos postos de trabalho, em média, são ocupados por mulheres.

De outra parte, o segmento também revela importância em termos fiscais. A tabela 2 mostra a evolução do recolhimento de ICMS das malharias entre 1995 e 2000, apresentada aqui com base em dados que foram preparados especificamente para este estudo, já que não se encontravam disponíveis na forma como se necessitava.

Tabela 2: Desempenho das malharias de Imbituva na arrecadação de ICMS (R\$ 1,00)

Ano	ICMS arrecadado pelas malharias	ICMS total do Município	ICMS das malharias como % do ICMS total do Município
1995	12.039,52	nd	nd
1996	16.029,28	nd	nd
1997	25.624,88	255.192,33	10
1998	35.280,67	342.955,94	10,3
1999	41.110,30	396.083,15	10,4
2000	53.933,36	417.428,23	12,9

Fonte: Adaptado a partir do relatório emitido em 21/9/2001 pela 3ª Delegacia Regional da Receita de Ponta Grossa (PR), para utilização nesta pesquisa.

nd: não disponível

2. Os atores da produção vestuarista em Imbituva

O segmento de malharia de Imbituva registra a atuação de dezenas de empresas, na maioria microempresas, que fabricam artigos de vestuário com base em malha. Apresenta

² Dados extraídos da Gazeta do Povo – Viver Bem – 24 de abril de 2001. Site: <http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/> Título da entrevista: EMPREENDEDORISMO - Malharias, terceira maior atividade do município, comemoram crescimento e criação de empregos

também, principalmente: prestadores de serviços (em bordado e acabamento); instituição de coordenação e auto-ajuda (Imbitumalhas); atividade de formação profissional (Escola de Malhas). A Prefeitura Municipal, de sua parte, apresenta algum envolvimento com o segmento. Instituições que geralmente atuam no incentivo às empresas, tais como SEBRAE e SENAI, não têm agências em Imbituva; as mais próximas encontram-se em Ponta Grossa e assistem Imbituva desde aquela cidade. Nesta seção caracterizam-se as atividades das firmas, com base nas 27 entrevistas realizadas, e também alude-se às atividades da Imbitumalhas e da Escola de Malhas. O primeiro ponto a destacar é que as empresas entrevistadas eram, na quase totalidade, de tamanho micro (até 19 funcionários), em sintonia com o conjunto da estrutura local de produção de artigos de vestuário, e que a sua mão-de-obra era amplamente integrada por mulheres, como é tradicional nas atividades do setor (Tabela 3). Das 27 firmas entrevistadas, 15 tinham sido criadas na década de 1990, várias por iniciativas de ex-funcionárias que, desligadas, instalaram-se como fabricantes ou prestadoras de serviços. A maior parte dessas empresas, quase 2/3, apresenta-se filiada à Imbitumalhas e possuía de 1 a 2 sócios. Eram firmas de estrutura claramente familiar: na esmagadora maioria, as tarefas chaves, envolvendo as decisões importantes – estimativas de vendas, compra de insumos, estimativas de custos.

Tabela 3: Empresas por quantidades de empregados e distribuição do emprego por gênero

Faixa de nº de empregados/Gênero	Nº de empresas/Nº de empregados
<i>Faixa de nº de empregados</i>	<i>Nº de empresas</i>
- até 4	12
- de 5 a 9	11
- de 10 a 19	3
- 20 ou mais	1
<i>Gênero</i>	<i>Nº de empregados</i>
- mulheres	176
- homens	13

Fonte: pesquisa de campo

Já se mencionou que Imbituva é área de produção de artigos de vestuário para clima frio. De fato, trata-se de roupas de malha pesadas, basicamente produzidas em acrílico, acrílico/lã ou lã pura, como blusões, blusas, coletes e casacos. Das empresas estudadas, 70% produziam roupas de lã feminina, 59% produziam roupas masculinas e 44% produziam para o público infantil, existindo, portanto, casos de orientação para mais de um tipo de produto. O volume de produção não é grande. Como indica a tabela 4, a produção média mensal da maioria

das malharias estudadas não ultrapassava 500 peças. Isso não surpreende, pois Imbituva não possui grandes empresas, como já se indicou.

Tabela 4: Distribuição das empresas por faixa de produção (nº de peças por mês)

Nº de peças / mês	Nº de empresas
Até 500	18
> 500 até 1000	2
> 1000 até 2000	1
> 2000 até 3000	4
> 3000 até 7000	2

Fonte: pesquisa de campo

Uma característica forte das atividades das malharias dizia respeito à sazonalidade das vendas, tendo em vista que a demanda manifesta-se exclusivamente nas estações de temperaturas baixas. Isso repercutia no plano da produção, mas as empresas produziam o ano todo para estocar mercadorias, preparando-se para as épocas de pico de vendas, que ocorre no inverno.

A frequência de lançamento de produtos seguia o ritmo das estações e refletia os movimentos na esfera da moda, significando reconfigurações frequentes. Nesse terreno, contudo, as empresas de Imbituva padeciam de dificuldades. Embora estilo e *design* sejam fundamentais para a competitividade na indústria de vestuário, Imbituva carecia de instituições nesse campo, que estimulassem avanços correspondentes, e nem possuía escritórios de modelagem e estilismo. O estilo e *design* locais resultavam da cópia de modelos em revistas especializadas e de imitações de produtos observados em feiras, em outras localidades.

Geograficamente, o mercado das malharias de Imbituva encontrava-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Via de regra, as vendas das firmas entrevistadas eram realizadas diretamente ao usuário final (30% do total), mas as modalidades de vendas em feiras e vendas para outras lojas também se mostravam importantes (respectivamente 25% e 20%).

As entrevistas mostraram que as malharias de Imbituva não eram exportadoras. Entretanto, havia um projeto para estimular as exportações envolvendo parceria entre o SEBRAE-PR e a Imbitumalhas, o qual deveria ter encorajado as exportações desde 1999. De acordo com a Imbitumalhas, e também segundo as malharias envolvidas, oito empresas

enviaram por correio amostras de seus produtos para um agente de exportação na Alemanha³. Porém, a tentativa teria fracassado em virtude do extravio do mostruário e em função, sempre de acordo com o que se captou nas entrevistas, do ataque terrorista em New York, em 11 de setembro de 2001, que teria precipitado o retorno do agente exportador ao Brasil.

As firmas não restringiram as suas considerações sobre os fatores de competitividade ao esforço de divulgação. Avaliaram a eficiência no plano produtivo como sendo enormemente influenciada por iniciativas no plano da tecnologia, implicando, por exemplo, a incorporação de equipamentos modernos e a automatização, com flexibilização dos processos. Foram igualmente apontados como decisivos procedimentos tais como redução dos custos dos insumos, investimento em planejamento e controle da produção, redução do tempo de máquina parada e aumento da produtividade. Claro que todas as firmas avançaram nesses tópicos. Algumas evoluíram menos, havendo casos de iniciativas muito pobres, como se indicará posteriormente a respeito dos reflexos da abertura comercial. Vale frisar que a redução de pessoal e a terceirização produtiva foram apontadas como medidas de reduzido efeito na eficiência produtiva. Entretanto, as empresas admitiram que tais providências permitiam conter custos e diminuir o preço dos produtos, o que era importante para competir.

Sobre questões de tecnologia, cabe indicar que dez malharias utilizavam CAD/CAM⁴ e apresentavam maquinário com dispositivos de controle numérico. Embora essa quantidade de empresas seja pequena, o tipo de iniciativa implicado é importante. É que as vantagens em utilizar a informática nas etapas de criação, design e corte são diversas e atraentes: “o desperdício de tecido é consideravelmente reduzido, e as atividades envolvendo criação, especificação técnica dos diferentes modelos e peças e também definição (a partir de um mesmo ‘projeto’ e com os necessários detalhes) dos tamanhos a serem fabricados ganham substancial velocidade.” (Lins, 2000b, p. 61). Ferraz, Kupfer e Haguenuer (1997) indicam que, no caso das indústrias de vestuário e calçados, a competitividade encontra-se associada, entre outros aspectos, à adoção de formas flexíveis de organização da produção, com respostas rápidas às mudanças nos padrões da demanda, o que é possibilitado pelos avanços da microeletrônica.

Seus principais fornecedores eram do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os fornecedores eram escolhidos com base em critérios que incluíam o preço

³ O fato de terem sido apenas oito as malharias que enviaram amostras à Alemanha decorreu do pré-requisito referente à posse de máquina de marca Protti para poder exportar. O motivo apresentado é que esse tipo de equipamento permite produzir com mais quantidade e velocidade, possibilitando vender a preços menores. O problema ocasionado por essa exigência, aliada à carência de máquinas e equipamentos mais sofisticados, ainda foi agravado pelo aumento do dólar e pelas dificuldades de financiamento.

⁴ *Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing.*

mais baixo, mas as firmas disseram valorizar, em primeiro lugar, o cumprimento dos prazos de entrega, as especificações técnicas e a garantia da qualidade.

Em relação à importância do Plano Real para as compras de insumos, indicou-se que, no início do período referente ao plano, os preços estavam estabilizados e, assim, os custos das matérias primas eram estáveis, permitindo um maior controle e o planejamento das atividades e dos custos a longo prazo.

Com respeito à organização industrial, é importante assinalar que apenas uma empresa informou atuar como subcontratada, apresentando-se como “facção industrial”⁵. Ainda assim, a atividade nesta condição representava pouco do que realizava, pois não mais de 10% da sua produção derivavam da subcontratação. Não parecia existir problemas nos vínculos de subcontratação. A firma sublinhou que mantinha boas relações com as empresas clientes e enfatizou a importância da subcontratação para ela, tendo em vista o que recebia pelos serviços prestados, mesmo que o montante não representasse muito no seu faturamento anual.

Se apenas uma empresa atuava como subcontratada, nada menos que 44% do conjunto entrevistado indicaram ser subcontratantes. A subcontratação era, porém, temporária, ocorrendo só no inverno, realizada integralmente junto a trabalhadores em domicílio, numa espécie de “facção domiciliar” (Abreu, 1986). Essas empresas utilizavam, em média, de 3 a 4 pessoas, inclusive mulheres que, não “representando firmas”, trabalhavam sem registro em carteira. Os processos de fabricação realizados por essas pessoas, ou os produtos para cuja realização eram engajadas em subcontratação, envolviam acabamento, bordado, caseamento de botão e tecelagem. Tratava-se de subcontratação de atividades específicas, efetuadas por mulheres que só protagonizavam tais atividades⁶.

Note-se ainda que a subcontratação em Imbituva significava, como ocorre freqüentemente em direferentes circunstâncias, informalização do trabalho, representando, em não poucos casos, o não-atendimento das exigências tanto trabalhistas quanto fiscais. Isso rima com degradação das condições de trabalho e, por significar menores custos, traduz-se, de algum modo, em menor incentivo ao estabelecimento de empresas dentro das normas.

⁵ Para Abreu (1986), as facções industriais prestam serviços, ou seja, atuam como subcontratadas para empresas confeccionistas.

⁶ Goularti Filho e Neto (1997) indicam que a “subcontratação é de especialização quando a empresa contratante busca um especialista que dispõe de conhecimentos e de equipamentos adequados para efetuar a produção ou serviço que ela própria não pode ou não deseja executar, por razões de estratégia ou ainda porque considera suas instalações insuficientes ou não competitivas para tal atividade. A subcontratação é de economia quando o seu objetivo maior é a redução dos custos. E a subcontratação é de capacidade, quando a empresa contratante, embora equipada para efetuar determinado trabalho, busca outra empresa, ocasional ou habitualmente, para atender a sobrecarga de pedidos ou por algum incidente técnico”. (p.73)

Entretanto, falou-se em falta de mão-de-obra qualificada para as atividades relacionadas à tecelagem em máquinas computadorizadas, aos bordados e à informática, sendo clara a preocupação dos empresários com o agravamento dessa carência no futuro, apesar das atividades de uma Escola de Malhas que objetiva proporcionar uma ampla formação em produção de malha.

Essa escola foi fundada em 1985 pela Prefeitura Municipal de Imbituva, que tem responsabilidade na sua manutenção, e os produtos lá desenvolvidos são vendidos a preços 50% inferiores aos das malharias, quando bem acabados, ou são doados a instituições e famílias carentes, quando apresentam defeitos. Não obstante a sua clara importância, não houve alusão a investimentos ou a quaisquer tipos de apoio dirigidos ao funcionamento da escola, parecendo remotas as possibilidades de superação das condições que dificultam a preparação dos alunos de acordo com as expectativas das malharias.

O quadro 1 fornece uma idéia das dificuldades dessa escola, mostrando a desatualização do seu maquinário comparativamente ao acervo das malharias. Além de se apresentar defasada tecnologicamente, o tempo de aprendizagem que a escola possibilita e as vagas que oferece são insuficientes. Quem inscreve-se nos cursos ofertados são pessoas que pretendem ingressar nas atividades de produção de malhas, até na condição de subcontratadas. Os funcionários das empresas que necessitam aprofundar os seus conhecimentos, principalmente sobre o uso de máquinas com tecnologia mais avançada, recebem treinamento dentro das próprias malharias. Em 58% das empresas pesquisadas, de fato, o treinamento da mão-de-obra é realizado internamente, sobretudo no que concerne à operação de máquinas de tecer da marca Protti. Ainda assim, 42% das malharias indicaram que, ao contratar funcionários, costumam selecionar com base em informações obtidas na Escola de Malhas.

Quadro 1: Máquinas e equipamentos observados nas malharias estudadas e na Escola de Malhas

Malharias	Escola de Malhas
<ul style="list-style-type: none"> - teares Coppo 2, 5 e 6; - teares Protti P90, PV91, PV94E, PV93E e PT242; - máquinas overlock; - máquinas goleiras; - máquinas remalhadeiras; - máquinas de passar; - máquinas de pregar golão; - máquinas de fazer cordão; - máquinas travetti; - máquinas de casear; - máquinas de pregar botão; - ferros a vapor 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 ferro a vapor; - 4 máquinas overlock; - 2 máquinas industriais de tecer; - 2 máquinas de mesa de tecer; - 1 máquinas remalhadeira; - 1 máquinas goleira; - 1 espulador; - 6 máquinas de bordar; - 2 máquinas para fazer acolchoados de retalhos.

Fonte: pesquisa de campo

3. Abertura comercial e desafios associados

No período recente, o número de competidores nas principais linhas de produtos das empresas estudadas aumentou bastante para 50% das entrevistadas. Para 17%, aumentou ligeiramente, e só 1/3 consideraram não ter havido alteração nas condições de concorrência. A abertura comercial protagonizada no Brasil durante os anos 1990 foi tributária do essencial do acirramento da concorrência. Com efeito, a maior parte das malharias admitiu ter-lhe sofrido as conseqüências, pela dificuldade para fazer frente aos baixos preços dos produtos importados, notadamente de origem asiática. Porém, o maior preço relativo não constituía a única desvantagem das malharias, já que problemas como dificuldade de acesso ao crédito e à tecnologia mais moderna também foram assinalados. Foi nesse contexto que a cidade registrou diminuição do afluxo de ônibus com “turistas de compras”, o que, ao menos parcialmente, refletiu a abertura comercial. “Turistas” que compravam para si passaram a ter acesso a artigos importados, mais baratos, e “turistas” que compravam para revender passaram a sofrer, eles também, o impacto da maior concorrência dos produtos estrangeiros.

Mas a abertura comercial não foi considerada só fonte de pressões competitivas, pois mais de 1/3 das entrevistadas informaram maior facilidade na compra de máquinas de tecer estrangeiras, mais avançadas tecnologicamente do que as brasileiras.

As malharias reagiram ao aumento da concorrência procurando modernizar as suas estruturas. Todas realizaram investimentos nos anos 1990, a maioria, entretanto, em volumes acumulados que não ultrapassaram R\$ 60.000,00 (Tabela 5). Saliente-se que várias das que mais investiram fizeram os gastos na própria criação das firmas, já que 2/3 das malharias registradas tinham sido criadas naquela década. Os investimentos destinaram-se, na maior parte, à modernização das estruturas produtivas pela incorporação de máquinas e equipamentos mais modernos, que representaram inovações tecnológicas e ganhos de produtividade. Fuzitani (1997), em estudo sobre a formação e o desenvolvimento das malharias de Imbituva⁷, constatou que em 1997 o parque exibia só 4 máquinas de tecer computadorizadas da marca Protti. Na pesquisa que embasou este artigo, constatou-se a presença de pelo menos 18 dessas máquinas, importadas da Itália e adquiridas por influência das facilidades de pagamento oferecidas pelos fabricantes, como juros menores e prazos de pagamento mais longos.

⁷ Fuzitani (1997) assinala que em 1997 existiam aproximadamente 40 malharias em Imbituva, tendo entrevistado 20 delas.

Tabela 5: Volume aproximado dos investimentos realizados nos anos 1990

Investimentos	Nº de empresas
Até R\$ 15.000	10
Mais de R\$ 15.000 até R\$ 60.000	7
Mais de R\$ 60.000 até R\$ 120.000	6
Mais de R\$ 240.000 até R\$ 480.000	2
Mais de R\$ 480.000 até R\$ 960.000	2

Fonte: Pesquisa de campo

Assinale-se que, apesar da multiplicação das máquinas de tecer computadorizadas, estas encontravam-se presentes só em 37% das malharias entrevistadas. As demais ainda não possuíam qualquer maquinário eletrônico, utilizando tão-somente máquinas de tecer manuais, obsoletas, sob a alegação de dificuldades de financiamento para a compra. É interessante mencionar que a utilização de máquinas de tecer computadorizadas passou a ser critério de diferenciação no seio do aglomerado de firmas: nas entrevistas, os próprios atores locais consideravam como “grandes” as empresas que possuíam máquinas desse tipo, e como “pequenas” as que não as utilizavam.

Deve-se sublinhar que os investimentos não representaram decréscimo no contingente empregado nas malharias. O número de empresas praticamente dobrou nos anos 1990, com repercussões no plano do emprego.

Da mesma forma, é importante assinalar que as malharias que investiram em modernização registraram considerável aumento de produtividade. Pode-se considerar que a modernização também representou a criação de novos postos de trabalho e algum aumento na qualificação média dos trabalhadores, pois foi preciso proporcionar treinamento para parte do pessoal ocupado: a aquisição de máquinas de tecer computadorizadas necessitou pessoal capacitado a operá-las. De outra parte, principalmente nas firmas que incorporaram máquinas de tecer computadorizadas, a década de 1990 parece ter assistido ao desenvolvimento de novos produtos com maior frequência e intensidade. Trata-se de algo importante, pois a diferenciação de produtos geralmente configura estratégia decisiva no enfrentamento da concorrência. Por outro lado, a introdução de máquinas eletrônicas favoreceu, ou pelo menos encorajou, esforços em algumas malharias para penetrar em mercados externos, como aludido anteriormente.

No entanto, se no terreno do capital fixo alguns movimentos foram desencadeados, no sentido da atualização, o mesmo não pode ser dito sobre inovações organizacionais. De fato, técnicas como kanban, just-in-time, controle estatístico de processos, administração participativa, células de produção, solução de problemas, cálculo de controle de qualidade, 5S, controle de tempos nas operações de produção e qualidade total, por exemplo, mostraram-se

escassamente utilizadas. A maioria dos entrevistados sequer conhecia esses métodos de gestão empresarial.

4. Avanços e frustrações no terreno da cooperação

Assinalou-se na introdução que no debate sobre aglomerações industriais as relações de cooperação interfirmas e envolvendo instituições ocupam posição de destaque. A ação coletiva é tida como fator importante para uma travessia menos turbulenta dos períodos de adversidades, como são os de aumento exacerbado da concorrência, quando a estabilidade dos conjuntos produtivos e o seu desenvolvimento parecem ameaçados. Esta seção aborda a problemática da ação coletiva entre os atores que gravitam em torno da produção de malhas em Imbituva.

4.1 As malharias em perspectiva

Os fabricantes estudados apresentaram algumas condutas, na conjuntura de liberalização comercial dos anos 1990, permeadas por um certo nível de espírito cooperativo. Conforme indicado, as empresas investiram para modernizar as suas estruturas produtivas, mas, devido ao custo, algumas empresas adquiriram máquinas e equipamentos em sociedade. Também estimulou a aquisição conjunta o interesse em exportar.

Ação conjunta ocorria igualmente na esfera do *marketing*. A Imbitumalha recolhe cerca de R\$ 20,00 por mês de cada firma associada para propagandas em televisão, rádio e em *outdoors* nas cidades onde se concentram os principais clientes. Essas propagandas são realizadas principalmente nos meses de inverno, visando à divulgação da FEMAI, considerada o maior canal de venda dos produtos locais.

Também com vistas a exportar houve iniciativas caracterizadas por um certo grau de ação coletiva. Destacou-se anteriormente que, na esteira de providência da Imbitumalhas, com apoio e assessoria do SEBRAE-PR, desenvolveu-se projeto de criação de um consórcio de exportação do qual participavam 30% das malharias pesquisadas. O maior fabricante local informou em entrevista que as firmas participantes pretendiam formar uma única empresa que representasse o conjunto, em movimento considerado estratégico porque acenava com a chance de diminuir o caráter marcadamente sazonal das vendas. No entanto, as empresas envolvidas eram só as mais importantes – ditas de “maior porte”, salientes diante de uma grande maioria

que não dispunha de mais de 10 empregados e nem possuía máquinas e equipamentos mais modernos. Isso configurou foco de alguma tensão. Fabricantes “menores”, sem maquinário atualizado tecnologicamente – mais de 2/3 do total –, assinalaram que foram excluídos pelas empresas “maiores”, leia-se modernizadas. Segundo o presidente da Associação, contudo, as demais empresas são chamadas, porém acabam não “interagindo” porque seus proprietários não têm a adequada percepção sobre a atual realidade competitiva do mercado.

Entretanto, esses exemplos de ações coletivas não devem fazer pensar que o sentido de cooperação efetivamente perpassa as relações locais, de um modo geral. Por exemplo, quando perguntadas sobre a existência de vínculos com concorrentes locais, a maioria das empresas confirmou a presença de tais relações (só 7% indicaram ausência absoluta), porém trata-se muito mais de encontros ocasionais, sem relação com o trabalho, e não de encontros habituais, envolvendo troca de idéias sobre interesses comuns. Particularmente difíceis pareciam ser as relações da maioria das empresas com a maior malharia de Imbituva. As empresas informaram que se sentem prejudicadas na concorrência pela sua menor escala relativa, com desvantagens na compra de insumos, na produção e na comercialização, para além do comportamento acima indicado. Perguntado sobre a questão, o gerente da malharia melhor posicionada considerou que a concorrência real ocorre com outras áreas produtoras, especialmente Caxias do Sul⁸, e não entre as empresas locais, uma opinião que, evidentemente, não foi compartilhada pelas microempresas, veementes nas reclamações sobre as práticas da empresa mais importante.

Assim, a principal forma de cooperação envolvendo as malharias menores relacionava-se ao empréstimo de matérias-primas e a demonstrações esparsas de cordialidade e solidariedade. Cooperação envolvendo relações densas e de maior alcance foi situação pouco referida e menos ainda testemunhada. Quando existiam, envolviam quase que tão-somente as empresas mais importantes. As empresas menores tendiam a considerar as empresas maiores como suas principais concorrentes. De acordo com vários depoimentos, os compradores em excursões, que representam os principais clientes das empresas menores, sofrem o assédio das maiores malharias maiores, que tentam seduzi-los oferecendo malhas diferenciadas, com modelos e estampas modernos.

⁸Caxias do Sul é “o centro do maior e mais importante pólo de malhas produzidas a partir dos teares retilíneos do Brasil, que abrange praticamente toda a região serrana do Rio Grande do Sul. Segundo informações do Sindicato das Indústrias, lá existem entre 350 e 400 empresas, produzindo cerca de 8.500.000 peças/ano, gerando aproximadamente 7.000 empregos diretos. Em geral, as empresas daquela região possuem equipamentos modernos, muitos dos quais comandados eletronicamente. Outros pólos menores, também dedicados basicamente à confecção de artigos de malha, podem ser apontados como os de Campos do Jordão - SP e Monte Sião - MG.” (Romero et al., 1994, p. 28)

Igualmente escassa, para não dizer que inexistia, era a cooperação das malharias com clientes e fornecedores. Era determinante disso o fato de que, via de regra, estes não pertenciam à área no caso da maioria das empresas. As poucas empresas que informaram cooperar com fornecedores e clientes – 19% das entrevistadas – indicaram que os mesmos encontravam-se localizados em Imbituva.

4.2 As instituições em perspectiva

a) a Prefeitura Municipal e a Escola de Malhas

A Prefeitura Municipal de Imbituva criou dispositivos legais e projetos para estimular o segmento de malharias. Entretanto, não houve resultados concretos: entrevistada, a funcionária-chefe da Divisão de Cadastro e Tributação da Prefeitura informou que o executivo municipal tem interesse em apoiar as malharias, mas depende de recursos não só locais, mas também dos governos estadual e federal. Só com esses recursos poderiam vingar, por exemplo, o que prevê uma lei de 18 de maio de 2001, relativa à construção de uma nova sede para a Escola de Malhas e à substituição, com modernização, dos seus equipamentos, antigos e obsoletos, assim como a idéia de comprar *kits* de malharias para as Associações dos Pequenos Agricultores de Imbituva, em iniciativa fiel ao intuito de estimular a fabricação em comunidades do interior. Em situação semelhante encontrava-se um projeto para contratar profissionais, especializados nas diferentes etapas do processo produtivo de artigos de vestuário, para ministrar cursos de aperfeiçoamento aos trabalhadores do setor, e ainda a intenção da Prefeitura de estruturar o Pavilhão Francisco Barros, de propriedade do Município, onde acontece a Feira de Malhas.

Como se pode perceber, a Prefeitura Municipal tentava colaborar com as malharias. Não induz a pensar diferentemente a oferta gratuita de cursos de tecelagem, costura, *overlock* e bordado, por exemplo. Ocorre que as condições não eram propriamente favoráveis. No que concerne ao quesito cursos, especificamente, tais condições implicavam a utilização de uma escola – a Escola de Malhas – cujos equipamentos encontravam-se muito defasados tecnologicamente e onde a organização e o funcionamento tornavam restrito o acesso, como já comentado. Cabe ressaltar também que a Escola de Malhas preparava trabalhadores principalmente para as malharias de menor porte, que ainda possuíam máquinas antigas. Não por acaso, essas empresas valorizaram bastante, nas entrevistas, a existência e atuação dessa instituição. As malharias mais atualizadas tecnologicamente mostraram acreditar que a escola não estava preparada para treinar os seus trabalhadores.

Vale frisar ainda que a Prefeitura dava apoio às malharias também na realização da

FEMAI, cedendo o pavilhão e participando da sua organização. Não se pode dizer, entretanto, que a Prefeitura protagonizasse atividades sistemáticas de fortalecimento do setor que merecessem referência a uma verdadeira política de promoção.

b) a Imbitumalhas, o SEBRAE-PR e a associação comercial

O presidente da Imbitumalhas assinalou que as iniciativas de estímulo ao segmento de malharia em curso no âmbito dessa associação, através de medidas para aumentar a competitividade, concentravam-se na boa divulgação da FEMAI e em algumas outras tentativas como o consórcio de exportação. Entretanto, os proprietários das malharias menores indicaram que essa instituição trabalhava o ano todo quase que em benefício da FEMAI, tão somente. Assim, na opinião destes, seria necessário atuar com afinco na elaboração de projetos efetivos para o desenvolvimento do setor, contemplando também as malharias em piores condições, o que ajudaria a superar o quadro de virtual restrição das atividades da Imbitumalhas aos interesses das malharias melhor posicionadas.

Quanto à Associação Comercial de Imbituva, deve-se assinalar que suas atividades foram iniciadas só em novembro de 1994. No momento em que se realizaram as entrevistas que embasaram este artigo, além de ser pequeno o número de empresas a ela filiadas, a instituição enfrentava dificuldades para receber as mensalidades nos meses de verão. A entrevista realizada na Associação Comercial permitiu saber que essa instituição vinha tentando a realização de uma parceria com a Imbitumalhas para trabalhos conjuntos de apoio e fortalecimento do setor. Entretanto, nada no seu funcionamento foi observado que merecesse destaque.

c) Instituições Bancárias

O Banco do Brasil oferecia linhas de crédito para as malharias. Entretanto, apesar das opções de financiamento, ficaram claras nas entrevistas com os fabricantes as dificuldades encontradas para obtenção de recursos. O fator que mais dificultava, de acordo com as malharias, era a burocracia. No entanto, sobretudo as microempresas necessitavam financiamento: muitas indicaram precisar financiamento para comprar os insumos que lhes permitiriam confeccionar as malhas vendidas na FEMAI. O fato de poderem vender em grande quantidade na feira fazia do financiamento algo decisivo.

Considerações finais: luzes e sombras na aglomeração de malharias de Imbituva

Como se mostrou no artigo, Imbituva se revela aglomeração de malharias que, embora pequena, cresceu ao longo do tempo e passou a figurar no roteiro paranaense das excursões de “turismo de compras”. Os fabricantes têm porte micro, na esmagadora maioria, e não se apresentam em hierarquia no interior do tecido empresarial. Como principal instituição direta e integralmente vinculada ao segmento, existe a Associação das Malharias de Imbituva, que é a grande responsável pela organização das feiras locais realizadas a cada ano, pelo *marketing* das atividades e, embora nenhuma firma exportasse quando se fez a pesquisa de campo, pelas tentativas de incentivar a exportação. Outra instituição é a Escola de Malhas, que atua em formação profissional.

Aspectos favoráveis ao segmento de malharias de Imbituva têm a ver, em primeiro lugar, com o fato de que os fabricantes formam uma aglomeração, o que representa externalidades e favorece – embora não garanta – o surgimento de vínculos importantes. Outro aspecto refere-se aos movimentos protagonizados por alguns produtores que, revelando propensão a iniciativas mais ambiciosas, têm procurado diferenciar o seu leque de oferta, inclusive a partir da incorporação de bens de capital mais avançados tecnologicamente, e tentado distribuir seus produtos em outros mercados, cogitando inclusive vendas no exterior. Entretanto, ao que parece, tais movimentos são restritos a algumas empresas, o que poderá aprofundar as diferenças no seio da aglomeração: os empresários entrevistados que demonstraram maior capacidade de iniciativa indicaram dificuldades no relacionamento com malharias menores, referindo-se ao escasso preparo destas para reagir às ameaças e para enfrentar os problemas, já que carecem das condições necessárias, sobretudo máquinas e equipamentos mais modernos, além do espírito empresarial propício. De todo modo, observou-se que empresas em situação mais precária vinham procurando juntar esforços para adquirir bens de capital de melhor desempenho, realizando compras conjuntas. Também positivo é o fato de existir uma instituição como a Associação das Malharias, que, apesar das reclamações de alguns fabricantes, apresenta atuação que se pode considerar importante. De outra parte, apesar de problemas tanto nos equipamentos quanto na organização, a Escola de Malhas também se reveste de importância, acima de tudo para as malharias de menor porte, pois é lá que são treinados os futuros trabalhadores dessas empresas.

Aspectos desfavoráveis relacionam-se, primeiramente, ao fato de que Imbituva carece da presença local de órgãos como SENAI, SENAC, SESI e SEBRAE, assim como de instituições voltadas à pesquisa e ao fomento das inovações para o setor de vestuário. Igualmente problemático é que a Imbitumalhas opera o ano todo arrecadando mensalidades com vistas a, tão-somente, preparar e a divulgar a FEMAI, descuidando de iniciativas para promover

as microempresas e sem atuar como deveria em prol de benefícios para o setor como um todo, indo além dos interesses das malharias em melhor situação. Outro aspecto é que o governo municipal não atua diretamente em benefício do setor, inexistindo uma política local focada na produção vestuarista. Iniciativas materializadas em leis e projetos encontram-se paralisadas, no aguardo de recursos cuja liberação apresenta-se incerta. A administração municipal mostrou-se insatisfatória também por ter permitido o envelhecimento das máquinas e equipamentos da Escola de Malhas, limitando o seu adequado funcionamento no sentido de oferecer oportunidade de adequada inserção profissional aos egressos dos seus cursos. Na esfera das relações interfirma, inexistem, praticamente, divisões da produção entre empresas; seus processos são geralmente verticalizados, restringindo a subcontratação – limitada, no essencial, ao uso de trabalhadores domiciliados, com os inerentes problemas de “precarização” do trabalho – e dificultando a especialização.

De um modo geral, a cooperação é escassa no seio da aglomeração, e o clima entre as malharias é muito mais de rivalidade do que de reciprocidade e ação conjunta. Mesmo assim, algumas empresas com relações de confiança recíproca adquiriram conjuntamente máquinas mais modernas, num tipo de ação significativa, tendo em vista que configura cooperação baseada no entendimento entre os agentes sobre a importância de compartilhar. Entretanto, muitas ações limitavam-se ao que se poderia qualificar como, simplesmente, de “boa vizinhança”, refletindo as dificuldades na esfera das inter-relações densas e estáveis, conforme se destaca no debate sobre aglomerações industriais especializadas. Agrega-se a tudo isso o fato de que a maioria dos fabricantes se ressentem, além das dificuldades na obtenção de financiamento (que representam obstáculos à modernização), da carência de informações sobre o mercado e as condições de concorrência do setor em que atuam. Padecem de dificuldades também em matéria de relações com outros centros produtores, inclusive em termos nacionais, sendo sugestivo que o acesso das malharias pesquisadas à Internet era inexistente até o início de 2001.

O que a pesquisa revelou não parece deixar dúvida: como produtora de artigos de vestuário com base em malha, Imbituva não é mais que uma pequena aglomeração de fabricantes que, não obstante a trajetória e as realizações logradas, apresenta-se carente de um tecido institucional “espesso” e de espírito de ação conjunta, colaborativa, entre os atores locais. Diante disso, acredita-se que algumas iniciativas poderiam contribuir para melhorar as condições locais, facilitando a projeção de Imbituva rumo a uma configuração produtivo-territorial com melhores condições de operação.

Uma dessas medidas diria respeito à transformação da Escola de Malhas em um Centro de Desenvolvimento de Moda, capaz até de celebrar convênios e realizar outros tipos de

parcerias instituições, seja para melhorar a formação profissional disponibilizada, seja para fortalecer (na verdade, para estimular a introdução) processos de inovação. Importante é que um organismo com esse perfil permitiria o acesso dos fabricantes, por sistemas *on-line*, a informações estratégicas referentes ao cenário mundial da moda, do estilismo e do *design*, e também proporcionaria informações sobre eventos, fornecedores, novas tecnologias e técnicas de produção e novas ferramentas gerenciais, possibilitando, tudo isso, o desenvolvimento de produtos diferenciados e mesmo com *design* próprio, que representariam maior agregação de valor.

Também importantes seriam parcerias entre, por exemplo, a Imbitumalhas e a agência do SENAI instalada na vizinha Ponta Grossa-PR, envolvendo igualmente a Universidade Estadual de Ponta Grossa, para o desenvolvimento de cursos técnicos que pudessem representar impulso às atividades de criação na esfera local. Está-se falando, é óbvio, de formação de recursos humanos, terreno que poderia ser melhor laborado, da mesma forma, pela criação de novos cursos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, com o qual a Universidade Estadual de Ponta Grossa já opera mediante convênio para prestação de serviços. Para isso, entretanto, seria preciso que a Imbitumalhas demonstrasse interesse, tomando a iniciativa. Tal movimento certamente repercutiria em melhores oportunidades para o aperfeiçoamento dos trabalhadores e na entrada de novos profissionais no universo vestuarista imbituvense. No mesmo diapasão, seriam bem-vindas parcerias implicando o SEBRAE-PR, para criação ou fortalecimento de cursos para treinar os administradores das malharias com técnicas modernas de gestão.

Medidas de encorajamento às ações coletivas entre os atores locais não poderiam faltar. É necessário estimular os fabricantes, principalmente os microempresários, a agir conjuntamente em torno de objetivos comuns, até mesmo no sentido de influenciar a administração pública na tomada de decisões e em procedimentos que se relacionem ao segmento de malharia. A Imbitumalhas parece consistir na esfera local mais apropriada para abrigar providências nesse sentido. As ações coletivas poderiam também adquirir a forma de visitas conjuntas a outras aglomerações industriais como, entre várias que existem no Brasil, Caxias do Sul (RS), Campos do Jordão (SP), Monte Sião (MG) e Criciúma (SC), para observar, aprender e trocar experiências, no intuito de robustecer as condições de atuação locais, promovendo o desenvolvimento da aglomeração imbituvense. Num segundo momento, até viagens ao exterior – à Itália, por exemplo – poderiam ser organizadas com o mesmo tipo de objetivo. Movimentos na forma da criação de consórcios, para vender e para comprar bens de capital e insumos, também se revelariam importantes, pois seriam perpassados pela lógica da ação conjunta, cooperativa.

Parece também crucial equacionar o problema da grande informalidade existente, tanto para contornar o problema da competição que as atividades informais exercem sobre as empresas que pagam impostos, foco de alguma tensão, quanto para lidar com o problema do caráter precário das relações de trabalho. A formação de cooperativas – mas cooperativas genuínas, não “cooperfraudes” – poderia, talvez, contribuir para absorver nos circuitos formais muitas unidades de produção hoje à margem de melhores possibilidades de atuação. De todo modo, avanços nessa direção não poderiam passar ao largo do desenvolvimento de mecanismos de acesso ao crédito que ajudassem a enfrentar as dificuldades das restrições financeiras que penalizam as empresas em piores condições. Nessa perspectiva, talvez fosse possível desenhar e implementar um fundo comum entre os proprietários das malharias, gerenciado e operado pela Imbitumalhas, que representasse passos importantes na seara do financiamento, facilitando a obtenção de recursos pelas empresas em dificuldades. Todavia, isso, e tudo o mais assinalado anteriormente, requer consciência por parte das empresas de que a atuação conjunta gera vantagens competitivas e permite aumentar os lucros, facilitando a permanência no mercado. Como em tantas outras aglomerações industriais, no Brasil e no exterior, mudar a mentalidade dos agentes constitui requisito para que melhorias com esse teor possam ser introduzidas em Imbituva e reverberem positivamente.

É verdade que as malharias de Imbituva conseguiram subsistir até o momento atual e, apesar da tendência ao comportamento pouco caracterizado pela cooperação, angariaram algum reconhecimento na região pela qualidade de seus produtos. Contudo, é difícil escapar à conclusão de que a disseminação do sentido de ação coletiva representaria um importante salto de qualidade nas estruturas da área. Agir na busca desse objetivo é tarefa para o conjunto de atores que gravitam em torno da produção de malhas. Contudo, um papel estratégico cabe à administração pública municipal, que deveria mobilizar e catalisar as forças e pilotar um verdadeiro projeto de desenvolvimento local.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. R. de P. O avesso da moda: o trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

AMIN, A. The difference between small firm clusters and industrial districts. In: Seminar on Decentralized Industrial Policies. Brasília: ECLAC/IPEA (mimeo), 11-12 Nov. 1996.

AMIN, A., ROBINS, K. El retorno de las economías regionales. Geografía mítica de la acumulación flexible. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (dirs.). Las regiones que ganan. Madri: Ed. Alfons El Magnànim, 1994. p.123-158

BECATTINI, G. El distrito marshalliano: una noción socioeconómica. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (dirs.). Las regiones que ganan. Madri: Ed. Alfons El Magnànim, 1994. p. 39-57.

BIANCHI, P., TOMMASO, M. R. di. Política industrial para las Pyme en la economía global. Comercio Exterior, México, v.48, n.8, p. 617-623, ago. 1998.

COURLET, C., PECQUEUR, B. Sistemas industriales locales en Francia: un nuevo modelo de desarrollo. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (dirs.). Las regiones que ganan. Madri: Ed. Alfons El Magnànim, 1994. p. 81-101.

FERRAZ, J. ., KUPFER, D., HAGUENAUER, L. Made In Brazil. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FILHO, A. G., NETO, R. J. N. A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1997.

FUZITANI, L. M. Malharias de Imbituva: Um distrito industrial ou uma aglomeração de pequenas empresas? Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas), 1997.

GAROFOLI, G. Los sistemas de pequeñas empresas: un caso paradigmático de desarrollo endógeno. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (dirs.). Las regiones que ganan. Madri: Ed. Alfons El Magnànim, 1994. p. 59-80 .

GAZETA DO POVO. Disponível na internet:<<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em: 2001

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. Rio de Janeiro: BNDS Setorial, n. 12, set., 2000.

Hoje Regional, Jornal. 27/3/2001.

LINS, H. N. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de políticas de promoção. Estudos Econômicos., São Paulo, 30 (2): 233-265, abr-jun 2000a.

LINS, H. N. Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e

- vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000b.
- NADVI, K. The cutting edge: collective efficiency and international competitiveness in Pakistan. Discussion Paper, Brighton, University of Sussex/IDS, n.360, July 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA. Relatório de 25/5/2001
- RABELLOTTI, R. Is there an “Industrial District Model”? Footwear districts in Italy and Mexico compared”. World Development, v. 23, n.1, 1995, p.29-41.
- ROMERO, L. L. et al. Malharias: áreas de operações industriais. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, dez. 1994.
- SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.18, n. 2, p. 164-200, 1997.
- SCHMITZ, H. Small shoemarkers and fordist giants: tale of a supercluster. Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, 1993.
- SENGENBERGER, W., PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: URANI, A., COCCO, G., GALVÃO, A. P. (dirs.). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.